

UNIDADE 8

O Brasil democrático: de Itamar a Lula

Carla Maria Junho Anastasia

Após a Nova República e já no governo Collor, acreditamos que o Brasil é um país democrático. Será? Nessa unidade, tentaremos obter uma resposta a essa pergunta. Quanto mais próximos os acontecimentos, mais difícil defini-los pela paixão que os envolve. Como são poucos os historiadores que trabalham com o tema dessa unidade, elegemos os analistas políticos para lançar uma luz nas conjunturas analisadas.

BOX 9

"[...] a arquitetura institucional no Brasil é híbrida, e privilegia a combinação entre representação e participação. No entanto, o fato de combinar representação e participação não quer dizer que as duas formas de soberania política foram combinadas nos lugares adequados e na proporção correta. Duas observações mais gerais podem ser feitas sobre essa combinação no Brasil democrático: em primeiro lugar, as instituições de democracia semidireta, tais como o plebiscito, o referendun e a iniciativa popular, permaneceram muito mais vinculadas ao funcionamento do Congresso Nacional ou dos legislativos estaduais do que seria desejável ou do que acontece em outros países. O plebiscito de 1988 e o referendun de 2005 surgiram a partir de polêmicas internas à Constituinte de 1988 e ao Congresso Nacional e não conseguiram substituir essa lógica da disputa interna por uma lógica além da representação, na qual os mecanismos da democracia semidireta obedecem a um nexu mais societário. A mesma coisa pode ser afirmada em relação à iniciativa popular de leis: as poucas experiências de iniciativa de lei foram prejudicadas por um procedimento pouco claro de tramitação no Congresso, que não deu à iniciativa prioridade na tramitação legislativa, apesar do enorme esforço envolvido na coleta de mais de um milhão de assinaturas. Nesse sentido, é possível apontar como o problema maior para a proliferação das formas de participação direta, a dependência que elas ficaram, na sua formulação constitucional, de autorização do Congresso Nacional. O ideal em relação a essas formas amplas de consulta da população é que elas sejam amplamente independentes do Poder Legislativo, e que, com o tempo, adquiram uma lógica própria.

O segundo tema analisado, o da proliferação das formas de participação no nível local, parece apontar na direção contrária. Os orçamentos participativos e os conselhos se tornaram as formas principais de participação no Brasil democrático. No entanto, essas novas formas locais de participação não têm se articulado bem com os legislativos locais, que têm sido, via de regra, postos em um segundo plano na sua capacidade decisória. Essas instituições, cujas prerrogativas e capacidade de decisão são, em geral, baixas, não têm sido capazes de se articular com as formas de participação e têm perdido legitimidade na política local".

AVRITZER, Leonardo. Reforma política e participação no Brasil. In: _____. **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. P. 41-2

Como você pode ver, pela leitura do Box 7, a intenção do legislador constituinte de criar formas híbridas entre representação e participação no Brasil; democrático ainda não foi conseguido. O processo que se inicia com Itamar e vai até Dilma mostra os percalços que se somam a esse problema na construção de um Brasil democrático.

8.1 De Itamar a FHC

Com o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, assumiu o cargo de presidente da República o vice-presidente Itamar Franco. Político mineiro, tido como provinciano, levou seu governo a ser chamado de “República do Pão de Queijo”.

Além da realização do plebiscito em abril de 1993, previsto pela Constituição de 1988, que confirmou a preferência dos brasileiros pela República Federalista, teve o mérito de editar o Plano Real, em 1994. Esse plano foi concebido sob a tutela de Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda e teve como resultado o controle das altíssimas taxas inflacionárias vigentes no país. O Plano de Estabilização Econômica, idealizado pela equipe de FHC, tomou o nome de Real porque este passou a ser o nome da nova moeda nacional. Primeiro, houve um período de conversão do cruzeiro para um índice chamado Unidade Real de Valor (URV), adotado em março de 1994, que levou à gradativa queda da inflação e ao fortalecimento da moeda brasileira frente ao dólar.

Também no governo Itamar, foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigou a corrupção no Orçamento da União.

Com o sucesso do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, venceu as eleições presidenciais em 1994, disputando o cargo, no primeiro turno com Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

Itamar sempre foi um político turrão. Em 2000, quando estava à frente do governo de Minas e em franco confronto com o governo federal, afirmou:

[...] Fernando Henrique choramingava para ser o candidato a presidente da República. Ninguém o queria, nem mesmo o PSDB. Não explicou o que o teria levado a indicar, para a sucessão, um homem cuja única virtude seria choramingar o tempo todo. Tampouco apresentou as razões que o fizeram subordinar-se, mais tarde, a um presidente que só sabe chorar, representando-o como embaixador em Portugal e na Organização dos Estados Americanos (BRIGIDO, 2000, p.27)

8.2 O governo FHC

Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil durante dois mandatos. Para que pudessem exercer o segundo mandato, foi preciso que o Congresso aprovasse uma emenda à Constituição permitindo a reeleição.

No seu primeiro mandato, FHC tentou a aprovação das reformas constitucionais, necessárias para o ajuste da economia brasileira, como a da Previdência, a fiscal, a política, etc, mas não foi bem-sucedido, uma vez que eram pouco simpáticas ao eleitorado, e os congressistas adiaram continuamente sua votação.

Outros analistas afirmam que FHC passou seu primeiro mandato cuidando de aprovar a emenda constitucional que lhe garantiria pleitear a reeleição.

FHC manteve, durante seu primeiro mandato, a política de privatização iniciada no governo Collor, do que resultou a quebra do monopólio do petróleo e das telecomunicações, além da privatização de outras empresas importantes. Esse processo foi veementemente criticado por vários setores da sociedade brasileira que não concordavam com a venda das empresas.

FHC governou numa situação internacional difícil, na qual os abalos do mercado financeiro tinham um impacto negativo na economia nacional. Essa crise se tornará ainda mais grave no segundo mandato do governo FHC.

Apesar de todos os problemas, Fernando Henrique Cardoso se elegeu para exercer um segundo mandato. Contudo, logo nos primeiros dias de 1999, uma grave crise econômico-financeira atingiu o Brasil.

Vamos entender como se deu essa crise. No segundo semestre de 1997, o desemprego no Brasil alcançava patamares alarmantes. Esses índices de desemprego podem ser explicados pelos princípios do Plano Real. A moeda nacional – o real – estava artificialmente valorizada em relação ao dólar, o que garantia importações mais baratas e volumosas em razão da abertura da economia brasileira aos produtos internacionais. Para concorrer com as mercadorias estrangeiras, que entravam no Brasil com preços baixos, as indústrias nacionais tiveram ou de manter os preços de seus produtos estáveis ou abaixá-los. Por isso, muitas empresas faliram, gerando o desemprego.

Por outro lado, o governo brasileiro precisava de dólares para pagar as importações, sem comprometer as reservas do Banco Central. Para isso, aumentou exageradamente as taxas de juros para atrair investimentos em dólares para o país. O aumento dos juros é uma outra razão para o desemprego. Como grande parte dos lucros das empresas foi aplicado no pagamento de juros, sobrou pouco para ser reinvestido, o que, consequentemente, diminuiu o número de vagas para os trabalhadores.

A valorização artificial do real mostrava-se insustentável. Mesmo assim, o governo insistia na paridade entre a moeda nacional e a norte-americana. Uma sucessão de proble-

mas, internos e externos, acabou por abalar definitivamente as finanças do país: as crises das bolsas da Ásia e, depois, na Rússia; o abandono das reformas constitucionais necessárias para o ajuste interno da economia brasileira; a declaração da moratória do estado de Minas Gerais pelo então governador Itamar Franco. O resultado perante todos esses problemas foi a desconfiança dos investidores internacionais e a retirada de seus capitais do Brasil.

Também politicamente, o governo de Fernando Henrique Cardoso teve problemas, tanto no primeiro quanto no segundo mandato. Leia um trecho do cientista político Fábio Wanderley Reis acerca das posições adotadas por FHC.

BOX 10

"[...] Fernando Henrique Cardoso precisava ganhar a eleição: fez a aliança com o PFL. Precisava assegurar clima simpático no Congresso em nome da "governabilidade": esquivou-se de vetar a anistia a Humberto Lucena (e, no mesmo momento, precisando preocupar-se com as finanças públicas, vetou o aumento do salário mínimo). Tem, naturalmente de zelar pela observância estrita da legalidade em movimentos reivindicatórios: jogou duro com os petroleiros. Precisa estar nas boas graças de Antônio Carlos Magalhães. Também em nome da "governabilidade": titubeou na condução do problema do Banco Econômico. Precisa vencer as resistências à aprovação das reformas constitucionais: recorre a práticas fisiológicas. Precisa evitar a desestabilização do sistema financeiro: acolhe e respalda decisões discutíveis sobre o Banco Nacional e recorre a práticas fisiológicas para matar a CPI...

Cumprir reconhecer que a política requer realismo, é "a arte do possível", segundo a velha máxima. Há outra velha máxima, no entanto, que diz que o poder corrompe. Por certo, uma não se reduz à outra. Mas até que ponto um governo Fernando Henrique Cardoso, que muitos de nós vemos como efetiva e singular promessa de refundação exemplar, se disporá ao risco de vir a ser mera ilustração da segunda, à força de se valer da primeira?"

REIS, Fábio Wanderley. O realista e o exemplar. **Folha de São Paulo**. 5 abr. 1996.

O Governo Fernando Henrique teve atributos institucionais muito especiais que merecem uma análise acurada. O Box a seguir é uma análise política sobre o funcionamento do sistema decisório no governo FHC e nos permite compreender o funcionamento político de seu governo.

BOX 11

No governo Fernando Henrique Cardoso testemunhamos o pleno funcionamento de um sistema decisório que se caracteriza por forte concentração de poder nas mãos do Presidente da República e dos líderes partidários no Congresso. A centralização decisória observada nesse governo é parte de um padrão mais geral de interação Executivo-Legislativo que resulta da escolha institucional de constituintes e parlamentares. Os extensos poderes legislativos do Executivo, constitucionalmente conferidos, e a alocação de direitos e recursos parlamentares em favor dos líderes partidários, garantida regimentalmente, criaram um modelo institucional que favorece a governabilidade, entendida, em sentido restrito, como a capacidade de fazer valer a agenda legislativa do Executivo. A assimetria de poderes entre Executivo e Legislativo, em favor do primeiro, se apóia, portanto, em uma construção institucional. Dessa forma, se distingue marcadamente do chamado "presidencialismo imperial", de base personalista, visto como peculiaridade dos sistemas políticos latino americanos.[...]. Como parte desse padrão mais geral, o governo Fernando Henrique Cardoso foi dotado de alta capacidade decisória. O sistema institucional em que se apoiava garantia a dominância do Executivo na produção legal e um alto grau de sucesso na aprovação de sua agenda legislativa.

A agenda legislativa desse governo foi extensa e complexa. Certamente não contemplava o amplo leque de questões que compunham a agenda pública. A questão da desigualdade social, por exemplo, não fazia parte dessa agenda. A estabilidade monetária obteve prioridade máxima, assim como as reformas tidas como necessárias para garantir o controle inflacionário e permitir a inserção do país na economia internacional. A agenda reformista, já esboçada no governo Sarney e reforçada no governo Collor, só então se concretiza em um conjunto abrangente de propostas legislativas. A implementação das reformas, porém, requeria a aprovação de mudanças constitucionais. Para a aprovação de mudanças no texto constitucional, o governo não tinha à sua disposição o aparato institucional que garantia o seu sucesso na implementação da agenda legislativa ordinária. Pelo contrário, por sua natureza constitucional, essas propostas deviam ser submetidas a um processo decisório, cujas regras impunham maiores exigências à base parlamentar do governo, ao mesmo tempo em que abriam espaço para a atuação mais ativa da oposição. Ainda assim, não se pode dizer que os resultados alcançados foram modestos. Para a implementação desse programa, a estratégia de formação do governo foi ampliar as bases de apoio parlamentar, reforçando a participação dos partidos da aliança eleitoral e incorporando novos partidos dentro do espectro ideológico de centro direita. Da mesma forma, os partidos assumiram formalmente sua participação no governo. Essa participação aumentou o acesso a recursos, influência e, portanto, o interesse dos partidos no sucesso do governo; garantindo, por outro lado, o seu apoio às suas propostas legislativas. Este apoio, como veremos, foi forte e estável, mas proporcional à participação de cada partido no governo. Constituiu-se, portanto, um governo de coalizão majoritário de centro direita que fez amplo uso do aparato institucional de que dispunha e colocou em funcionamento um “rolo compressor”, como a crônica jornalística e a oposição parlamentar passaram a chamar a atuação do governo e de seus líderes na arena parlamentar. Nesse governo, portanto, verificou-se um majoritarismo exacerbado na definição das políticas públicas nacionais. A existência da estrutura consociativa de organização política, a fragmentação partidária, a ausência de controle partidário na arena eleitoral, em suma, toda a base institucional do sistema de representação política, mantida intacta pela Constituição de 1988 que, além disso, reforçou o federalismo, não impediram a aprovação de emendas constitucionais que compreendiam medidas altamente impopulares e impunham perdas a camadas consideráveis da população, assim como a grupos sociais altamente organizados. Da mesma forma, a despeito do alegado peso dos estados e municípios no Congresso, o governo conseguiu também a recomposição das receitas da União. Por fim, o controle inflacionário foi implementado por meio de uma política de ajuste que logrou efetuar cortes significativos de despesas, ainda que com resultados aquém do que o governo almejava ou via como necessário; e de medidas recessivas com perversos efeitos sociais, que passaram pela aprovação legislativa. O que se pretende ressaltar, aqui, é que tudo isto foi obtido sem que se recorresse a medidas de natureza extra ou para constitucional e legal, a despeito de controvérsias sobre o uso abusivo desses poderes. O modelo institucional que concentra poderes nas mãos do presidente e das lideranças partidárias, e a consequente centralização do processo decisório, restringem os direitos dos parlamentares, funcionando como um freio ao processamento de demandas que, por meio do sistema de representação vigente, são de fato canalizadas para o interior do Congresso Nacional. Isto não significa dizer que os parlamentares são inteiramente alijados das decisões, nem que o Executivo possa impor sua vontade contra a da maioria do Congresso. Os poderes de agenda do Executivo podem funcionar também como instrumentos para a resolução da “barganha horizontal” entre o governo e sua maioria de apoio, especialmente em governos de coalizão, e não apenas para a resolução do “conflito vertical” entre o governo e o Congresso. Sendo assim, a medida provisória, por exemplo, mais do que uma arma de governos minoritários contra o Congresso, pode ser um poderoso instrumento nas mãos de um governo majoritário: protege a sua maioria contra incentivos para perseguir ganhos particularistas e de curto prazo e facilita a preservação de acordos sobre políticas públicas. O governo FHC é um caso exemplar do uso desse instrumento para a manutenção de um grau razoável de coesão de sua base parlamentar para apoiar medidas que são de difícil aprovação em qualquer sistema democrático. No governo FHC consolidou-se, portanto, um padrão decisório, em que instrumentos institucionais de controle de agenda facilitaram a atuação concentrada do Executivo e dos líderes dos partidos que faziam parte da coalizão de governo, ampliando enormemente a área de atuação autônoma do Estado e de sua burocracia.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub, LIMONGI, Fernando & VALENTE, Ana Luzia. Governabilidade e concentração de poder institucional: o governo FHC. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 49-62, out. 1999 (editado em fev. 2000).

8.3 O governo Lula

Após inúmeras tentativas de alcançar o cargo de presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, apoiado pela coligação PT, PC do B, PL e PMN, venceu José Serra do PSDB.

Em seu programa eleitoral, Lula apresentou metas como colocar um fim na miséria e na fome no Brasil, por meio do programa Fome Zero, promover o crescimento econômico do país; impedir a elevação das taxas inflacionárias; aprovar as reformas constitucionais; diminuir os índices de desemprego e incentivar o primeiro emprego.

Até 2005, o presidente Lula ocupou-se principalmente da política externa, buscando firmar parcerias comerciais com países como a China, alguns países africanos e outros do Oriente Médio. Ampliou o programa, criado no governo de FHC, do Bolsa Família, mas não conseguiu resolver vários problemas do país os quais tinha se proposto a fazer.

A partir de 2005, uma série de escândalos surgiu com relação ao Partido dos Trabalhadores, gerando um sem número de Comissões Parlamentares de Inquérito, as quais praticamente paralisaram o Congresso, abarrotando a pauta parlamentar de projetos e medidas provisórias.

As eleições presidenciais de 2006 levaram ao 2º turno Luís Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição pelo PT e Geraldo Alckmin, pelo PSDB.

Luís Inácio Lula da Silva ganhou as eleições no segundo turno, o que demonstrou que os escândalos que envolveram o Partido dos Trabalhadores não abalaram o prestígio pessoal do candidato à reeleição. Lula foi eleito principalmente com os votos dos segmentos mais pobres das regiões Norte e Nordeste. Para saber sobre o segundo mandato do governo Lula, leia o Box 9.

BOX 12

No segundo mandato, ademais de manter o Bolsa Família, carro-chefe da reeleição de Lula, o governo apostou em três grandes programas: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Territórios da Cidadania e o REUNI, esse último voltado para a expansão das vagas no ensino público de nível superior, em especial por meio da criação de cursos noturnos.

O programa Territórios da Cidadania, focado em áreas rurais pobres, combina políticas de geração de oportunidades e políticas sociais, envolvendo ações coordenadas de 15 ministérios diferentes. Para 2008 foram selecionadas as 60 áreas de menor IDH em todo o país, com concentração de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e de pescadores, entre outros.

O PAC é o principal instrumento do governo para o segundo mandato e se encaixa à perfeição na idéia de um estado “neo-desenvolvimentista”. O Programa prevê, até 2010, o incremento dos investimentos públicos em infra-estrutura, em especial nas áreas de logística – rodovias, portos, marinha mercante, aeroportos – e energia – geração, transmissão, fontes alternativas, petróleo, petroquímica e gasodutos. A título de exemplo, vale mencionar o plano intitulado Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), anunciado em maio de 2008, que visa: incentivar o investimento em 25 setores da economia; aumentar as exportações; estimular o desenvolvimento da indústria de informática biotecnologia e consolidar a liderança brasileira no agronegócio, na aeronáutica civil e na exploração mineral.

Dois outros temas que ocuparam posição de destaque na agenda política governamental, no ano sob exame, foram a aprovação da Emenda Constitucional (PEC) da Reforma Tributária e o encaminhamento da proposta de Reforma Política, apresentada ao Congresso em meados de 2008. Ademais, interessava muito ao governo um bom resultado nas eleições municipais de outubro, já de olho no pleito de 2010.

E as oposições? Também para elas o tema de maior centralidade da conjuntura era o das eleições municipais. Ademais, elas foram capazes de infringir importantes perdas ao governo, no ano de 2008. Ainda que Lula tenha montado um ministério mais coalescente em seu segundo mandato e contasse com o PMDB para estabilizar a relação com o Poder Legislativo, foi justamente nestas condições que o governo foi derrotado, em 2007, na votação da CPMF e, posteriormente, no início de 2008, quando tentou recuperar parte dos recursos perdidos e apresentou a proposta de Contribuição Social para a Saúde (CCS), com alíquota menor (0,1%) e destinada exclusivamente ao financiamento dos gastos com a saúde. A medida foi incorporada a um projeto de lei, diminuindo o quorum para aprovação de 3/5 para 50% + 1. Mesmo assim, sob intensa pressão da oposição e de parcela da opinião pública, o governo teve dificuldades para aprovar a medida na Câmara, o que se deu por apenas dois votos de diferença, e acabou sustando o trâmite da proposta no Senado, onde a derrota seria certa.

Além das dificuldades em articular e mobilizar sua base de apoio, o governo Lula tem enfrentado, no segundo mandato, uma oposição mais aguerrida do que no primeiro. Na Câmara dos Deputados, em 2008, os partidos de oposição procuraram obstruir 80 das 151 sessões legislativas em que ocorreram votações. O DEM foi o partido que mais obstruiu, seguido do PSDB e do PPS.

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo. **Brasil**: duas décadas de democracia. Belo Horizonte: DCP/UFMG, 2009 (mimeo).

DICAS

A História no Brasil no século 20: 1980:2000. PILAGALLO, Oscar. Publi-folha, 2006.

Vídeo: **Da Nova República ao Real** (Brasil 500 anos "o Brasil-república na TV. Ministério da Educação. TV Escola - História

Referências

ANASTASIA, Fátima; MELO, Carlos Ranulfo. **Brasil**: duas décadas de democracia. Belo Horizonte: DCP/UFMG, 2009 (mimeo).

AVRITZER, Leonardo. Reforma política e participação no Brasil. In: _____. **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BRÍGIDO, Carolina. **A marcha da insensatez**. Revista poca. 11 set. 2009.

FIGUEIREDO, Argelina; Limongi, *Fernando*; VALENTE, *Ana Luzia*. Governabilidade e concentração de poder institucional: O Governo FHC. **Tempo Social**. USP, São Paulo, 11 (2) 49-62, out, 1999 (editado em fevereiro 2000)

REIS, Fábio Wanderley. O realista e o exemplar. **Folha de São Paulo**. 5. abr. 1996.

Resumo

A história do Brasil após 1930 é por demais complexa para que tratemos dela com razoável profundidade em um único texto. Em virtude disso, este caderno é uma breve abordagem do período, razão pela qual nunca deverá ser utilizado como fonte exclusiva pelos acadêmicos.

Procuramos, dentro do que era possível pela historiografia já produzida, apresentar um painel geral de abordagens sobre os processos sociais, políticos e econômicos do período.

No primeiro capítulo discutimos o movimento de 1930, mormente conhecido como “revolução de 1930”. Tomando como texto-base a obra de Boris Fausto, apresentamos as diversas correntes de interpretação daquele episódio, destacando o caráter inconcluso deste debate, como é comum nas disputas historiográficas.

Uma visão geral da Era Vargas e o debate acerca do uso das categorias populismo e trabalhismo foram os temas principais da unidade 2. Muitas obras que tratam do objeto foram ali apenas referenciadas. Um aprofundamento no assunto certamente requer do acadêmico a consulta direta a estes trabalhos. De qualquer maneira, procuramos identificar as linhas gerais do debate e destacar a sua atualidade política e acadêmica.

A unidade 3 tratou do desenvolvimentismo, pensamento e política econômica prevalecentes no Brasil entre 1950 e 1980. Nessa unidade conferimos ênfase especial aos anos JK, apontando os avanços então alcançados, bem como os problemas daí decorrentes.

Após a euforia dos “anos dourados”, o país mergulhou em uma conjuntura de crise econômica, social e político-institucional. O desfecho desse processo foi o golpe civil-militar de 1964. Essa conjuntura crítica, o governo Goulart e as diversas interpretações existentes para o golpe são o objeto da unidade 4.

Na unidade 5, estudamos a construção e rotinização do autoritarismo, isto é, a edição dos atos institucionais que regularam o regime militar no Brasil. De Castelo Branco a Médici buscamos compreender como foi possível tornar no Brasil o autoritarismo, diferentemente das outras outras ditaduras da América Latina, um jogo político com regras definidas.

A seguir, estudamos, na unidade 6, o projeto/processo de liberalização política nos governos de Geisel e Figueiredo quando o regime militar dá sinais de esgotamento. Embora os militares tivessem um projeto de liberalização, esse projeto se viu atropelado pelo processo comandado pelas forças da sociedade civil. É a tentativa de controlar esse processo de liberalização que estudamos na unidade 6.

A unidade 7 tratou da Nova República, por suposto o fim do regime militar e a volta do poder aos civis. Vimos que as coisas não correram bem assim. Após a morte de Tancredo e a posse de Sarney, muitas práticas do antigo regime continuaram a ser praticadas e só foram gradativamente controladas com a promulgação da Constituição de 1988. As eleições de 1989 e a vitória de Fernando Collor de Mello foram um caos para a política brasileira e engendraram uma grande movimentação da sociedade civil a favor de seu impeachment.

Finalmente, na última unidade, estudamos os governos FHC e Lula, por meio de leitura de textos de analistas políticos, para refletir sobre a consolidação democrática no Brasil.

Referências

Básicas

ABRANCHES, Sérgio H. Crise e transição: uma interpretação do momento político nacional. **Dados**. 25 (1982): 307-329.

ANASTASIA, Fátima. Autoridade democrática na alocação de recursos públicos. **Cadernos da Escola do Legislativo**. 13(2005): 21-28.

DAGNINO, Evelina, (org.) **Anos 90**. Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços**. Direitos Humanos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura. **Dados**. 28 (1985): 329-346.

DOSSIÊ Liberalismo/Neoliberalismo. **Revista USP**. 17 (1993).

FARIA, Vilmar. A situação do Brasil contemporâneo. **Novos Estudos CEBRAP**. 33 (1992): 103-114.

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. vol. 2, 3 e 4.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOHN, Maria da Glória (org.) **Movimentos sociais no início do século XXI**. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

HIPPOLITO, Lucia. **Por dentro do governo Lula**. Anotações num diário de bordo. São Paulo: Futura, 2005.

KLEIN, Lúcia & FIGUEIREDO, Marcus. **Legitimidade e coação no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

LAMOUNIER, Bolívar, org. **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: ADESP/CNPq, 1990.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MOISÉS, J. Álvaro; ALBUQUERQUE, J. A. **Dilemas da consolidação da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Viagem incompleta**. A experiência brasileira. A grande transação. São Paulo: Editora SENAC de São Paulo, 2000. v. 2.

O'DONNELL, Guillermo. Estado, democratização e alguns problemas conceituais. **Novos Estudos CEBRAP**. 36 (1993): 123-145.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais. Conflitos e negociações no Brasil Con-

temporâneo. In: ALVAREZ, Sonia E. *et al.*, (org.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Novas Leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Complementares

ANTUNES, Ricardo *et al.* **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima (org.) **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BOLETIM de Conjuntura Política. **Boletim de Análise**. Departamento de Ciência Política/UFMG (vários).

BOSCHI, Renato R. e LIMA, Maria Regina Soares de. O Executivo e a construção do Estado no Brasil. Do desmonte da era Vargas ao novo intervencionismo regulatório. In: VIANNA, Luiz Werneck (org.) **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

BOSCHI, Renato R. **Corporativismo e desigualdade**. A construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

CAMARGO, A; DINIZ, E. (org.) **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Vértice, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **Desenvolvimiento de la ciudadanía em Brasil**. México: Fondo de Cultura Economica, 1995.

COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) **Viagem incompleta**. A experiência brasileira. A grande transação. São Paulo: Editora SENAC de São Paulo, 2000.

DE DECCA, Edgar. **1930: o silêncio dos vencidos**. 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FIGUEIREDO, Argeina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FORTES, Alexandre. O Estado Novo e os trabalhadores: a construção de um corporativismo latino-americano. **Locus**: Revista de História. Juiz de Fora: UFJF, 1997, v. 13, n. 2, p. 63-85, p. 77-80.

GOMES, Ângela de Castro (org.) **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. Authoritarian Brazil revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira. 1974-1982. **Dados**. 29 (3): 283-317.

MANGABEIRA, Wilma. **Os dilemas do novo sindicalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Sumará, 1992.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, v. 28, n. 55, p. 261, jan.-jun., 2008.

PAULA, João Antônio de (org.) **A economia política da mudança**. Os desafios e os equívocos do início do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PRZEWORSKI, Adam. Ama a incerteza e serás democrático. *Novos Estudos CEBRAP*. 9 (1984): 36-46.

REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* (org.) **O século XX**. O tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

REIS, Fábio Wanderley. **Tempo presente**. Do MDB a FHC. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SADER, Eder. **Quando novas personagens entram em cena.** 1970-1984. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALLUM JR., Basílio. **Labirintos.** Dos Gerais à Nova República. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Décadas de espanto e sua apologia democrática.** Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O século de Michels: competição oligopólica, lógica autoritária e transição na América Latina. **Dados.** 28 (1985): 283-310.

SCALON, Celi (org.) **Imagens da desigualdade.** Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: IUPER-FAPERJ, 2004

SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (org.) **Sociedade e política no Brasil pós-64.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

STEPAN, Alfred, (org.) **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos sociais.** Afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck (org.) **A democracia e os três poderes no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG/ Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

WEFFORT, Francisco. **Qual democracia?** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Atividades de Aprendizagem

- 1)** Disserte acerca da atuação da burguesia industrial no episódio de 1930, atentando para as diferentes interpretações historiográficas.
- 2)** Disserte acerca das virtudes e vícios da historiografia revisionista acerca das relações entre trabalhadores e Estado no Brasil de 1930 a 1964.
- 3)** Pesquise acerca da conjuntura externa dos anos 1950 e explique como ela contribuiu para a realização do plano de metas do Governo JK.
- 4)** Reflita e explique de que forma as disputas políticas no tempo presente influenciam nas interpretações acerca do Governo João Goulart e do golpe de 1964.
- 5)** Pesquise, reflita e disserte acerca da sobrevivência do conceito “populismo” e sua utilização pela mídia e mesmo no senso comum nos tempos atuais: em que medida o conceito se aplica aos tempos atuais? Quais as razões do seu sucesso? Quais as implicações de seu uso ainda hoje e para os tempos de hoje?
- 6)** Volte ao item sobre a rotinização do autoritarismo e observe a Figura 13. Por que os militares descobriram que os inimigos eram eles?
- 7)** Como se pode diferenciar o projeto de liberalização política do processo de liberalização política?
- 8)** Caracterize a Constituição de 1988.
- 9)** No item sobre o *impeachment* de Collor, Mendonça & Fontes afirmam que aquela conjuntura não foi uma catástrofe total. Discuta a posição das autoras.
- 10)** Caracterize nosso presidencialismo a partir do texto que discute o governo FHC.

